



Desafios na compra da agricultura familiar para a alimentação escolar na visão de agricultores: estudo de caso de municípios do estado do Rio de Janeiro

Challenges in the purchase of family farming for school meals in the view of farmers: case study of municipalities in the State of Rio de Janeiro

SOUTO, Renata Lúcia¹; MOLIARI DO AMARAL SERRA, Giane²; PORTO COSTA DA SILVA, Fabiana³; SALEMA NOGUEIRA DE SOUZA, Thais⁴; MOCELLIN, Michel Carlos⁵; SOUZA DOS SANTOS, Simone⁶

¹ CECANE UNIRIO, renataluciasouto20@gmail.com; ² CECANE UNIRIO, giane.moliari@gmail.com; ³ UNIRIO, fabianaportoc@gmail.com; ⁴ CECANE UNIRIO, thaissalema@gmail.com; ⁵ CECANE UNIRIO, michel.mocellin@hotmail.com; ⁶ CECANE UNIRIO, sss_santos@hotmail.com

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) prevê que 30% dos recursos destinados à compra de alimentos para a merenda escolar seja destinado à compra de produtos da agricultura familiar. No entanto, na maior parte dos municípios do Rio de Janeiro o programa não é amplamente cumprido. Este estudo identificou os desafios neste processo de compra, através da sistematização e análise dos dados coletados com questionário aplicado pelo CECANE - UNIRIO no ano de 2022. Observou-se que os agricultores possuem pouco conhecimento sobre as Chamadas Públicas, têm dificuldade em obter a documentação necessária para participação, além da complexidade em distribuir os gêneros. O estudo reafirma a necessidade de fomentar discussões acerca do tema através de espaços de promoção do conhecimento como os Centros Colaboradores de Alimentação Escolar, para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional dos escolares e a viabilidade econômica dos agricultores no Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: PNAE; segurança alimentar; agricultores; política pública

Introdução

No Brasil, a aquisição de alimentos da agricultura familiar tem sido incentivada por meio de políticas promotoras de alimentação e nutrição. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) visa favorecer a alimentação adequada por intermédio de estratégias promotoras de crescimento, bem como da alimentação saudável. Por intermédio do PNAE, o Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação (FNDE) repassa recursos financeiros aos estados, Distrito Federal e municípios para a compra de gêneros alimentícios designados ao atendimento das necessidades dos estudantes da Rede Pública de Ensino (ARAÚJO *et al*, 2019).



A compra de gêneros da agricultura familiar corresponde a uma estratégia exitosa de convergência de políticas públicas. No caso, o PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), trazem benefícios não apenas em função do

aumento na renda dos agricultores através da garantia da comercialização e do escoamento da produção, como também pela oferta de refeições de maior qualidade nutricional, a partir do acesso a alimentos in natura e minimamente processados e culturalmente referenciados (FNDE,2020).

No entanto, apesar de mais de dez anos da publicação da Lei 11.947/2009, sabe-se que os desafios para aquisição de alimentos da agricultura familiar ainda persistem, incluindo questões relativas à produção agrícola, documentação dos agricultores, logística de entrega dos gêneros, articulação entre gestores e agricultores, entre outros aspectos.

O presente estudo visibiliza de que maneira tem acontecido a relação entre os gestores municipais e os agricultores familiares, enfatizando a exigência do PNAE de aquisição de pelo menos 30% dos gêneros para alimentação escolar municipal. Por esta razão, é importante apontar as possibilidades e dificuldades enfrentadas e que fatores são impeditivos do ponto de vista da agricultura familiar, a fim de melhorar o percentual de compra dos municípios, garantindo o acesso dos agricultores a um circuito curto de comercialização, e a segurança alimentar e nutricional dos escolares

Metodologia

A metodologia aplicada à pesquisa foi o estudo de caso, de cunho descritivo e analítico, com abordagem qualitativa e quantitativa. Para a coleta e análise dos dados, foi utilizada uma base de dados obtidos através de questionários aplicados junto a atores sociais do PNAE de alguns municípios do Estado do Rio de Janeiro, pelo CECANE da UNIRIO, com o intuito de promover oficinas regionais de fortalecimento da agricultura familiar no PNAE.

Responderam aos questionários agricultores de 24 Municípios do Estado do Rio de Janeiro, a citar: Araruama; Armação dos Búzios; Arraial do Cabo; Cabo Frio; Carapebus; Casimiro de Abreu; Conceição de Macabu; Duque de Caxias; Iguaba Grande; Itatiaia; Macaé; Maricá; Nilópolis; Piraí; Porto Real; Quatis; Quissamã; Resende; Rio das Ostras; Rio de Janeiro; São Gonçalo; São Pedro da Aldeia; Tangará e Volta Redonda.

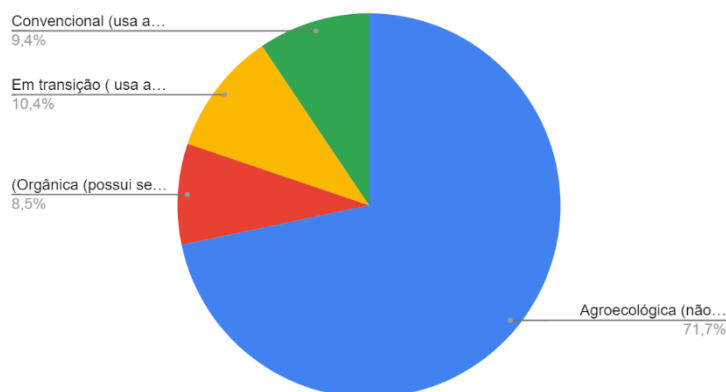
A maior parte dos municípios supracitados possuíam baixo percentual de compra da agricultura familiar, informação obtida no Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC) - Acesso Público do FNDE, por meio dos valores gastos (com repasse do FNDE) por município, com a compra de gêneros alimentícios advindos da agricultura familiar para o PNAE nos anos de 2019 e 2020.



Resultados e Discussão

O questionário foi respondido por 108 agricultores. Quase 72% das respostas (**Gráfico 1**) (n=107) caracterizou o manejo da produção como sendo agroecológica.

Gráfico 1: Tipo de manejo da produção



Fonte: Dados obtidos pelo CECANE/UNIRIO. Rio de Janeiro. (2022)

Sobre a participação no processo de compras de alimentos da agricultura familiar para o PNAE, foi possível aferir que apenas 29,4% dos participantes conhecia as normas descritas em lei para o PNAE. Entretanto, ao responder se já haviam participado de Chamadas Públicas, mais da metade, exatamente 57,5%, já havia participado. Estes resultados mostram a necessidade de espaços de formação e diálogo com os agricultores a fim de democratizar a informação e a participação social na execução desta política pública. Além disso, há um campo favorável ao fornecimento de alimentos sem agrotóxicos aos escolares.

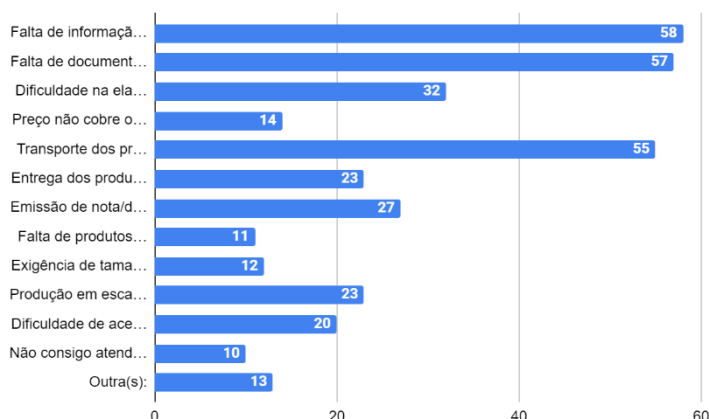
No **Gráfico 2**, os fatores impeditivos para acesso ao PNAE que mais apareceram foram a falta de informação sobre o período de realização da chamada pública, a falta de documentação exigida, e o transporte dos produtos até a cidade ou escolas. Outros entraves bastante citados foram a dificuldade na elaboração do projeto de venda, a emissão de nota/documento fiscal, a entrega dos produtos na época exigida, a produção em pequena escala e a dificuldade de acesso à internet e aos editais publicados nos sites dos municípios.

Saraiva (2013) destaca a importância de considerar as características dos diferentes insumos, em especial sua sazonalidade, na elaboração dos cardápios das escolas do município para que haja maior acesso dos agricultores ao PNAE e, acessando, possibilitar menor interferência no abastecimento das escolas. Os agricultores também precisam realizar um planejamento da produção de alimentos e da venda, de acordo com a demanda, para garantir a oferta. O que acaba não acontecendo, como demonstrado também no **Gráfico 2**.



O desconhecimento sobre a forma de participação destes agricultores no fornecimento de alimentos destinados a merenda escolar dos municípios, parece estar diretamente ligado às dificuldades enfrentadas mais citadas por eles, visto que, duas delas possuem relação direta com o processo informativo ligado às Chamadas Públicas. Ou seja, a falta de documentação exigida para esta participação, junto a desinformação quanto às datas em que as Chamadas ocorrem, são os dois maiores impeditivos, segundo os participantes, para que o fornecimento de alimento para a merenda escolar municipal seja realizado.

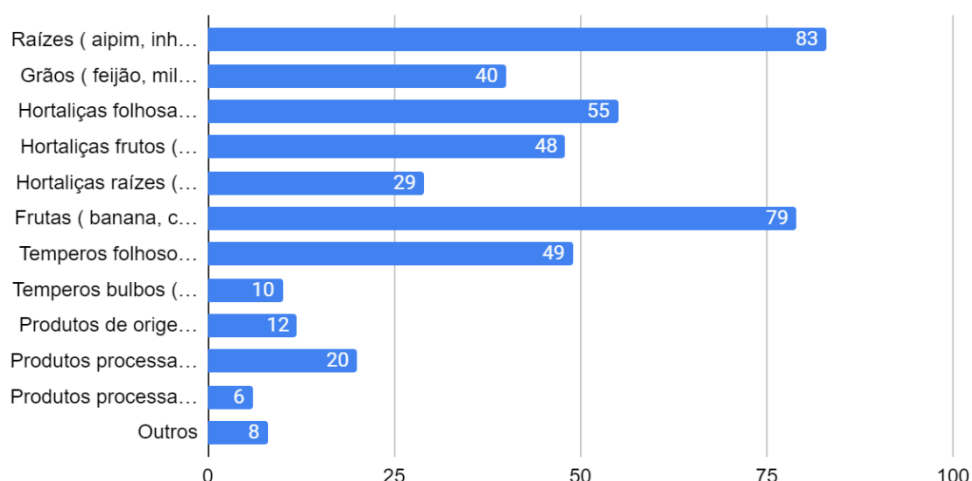
Gráfico 2: Dificuldades relatadas para participar da Chamadas Públicas



Fonte: Dados obtidos pelo CECANE/UNIRIO. Rio de Janeiro. (2022)

Dos alimentos mais produzidos pelos entrevistados (**Gráfico 3**) estão as raízes, seguida das frutas, das hortaliças folhosas e temperos folhosos.

Gráfico 3: Alimentos produzidos

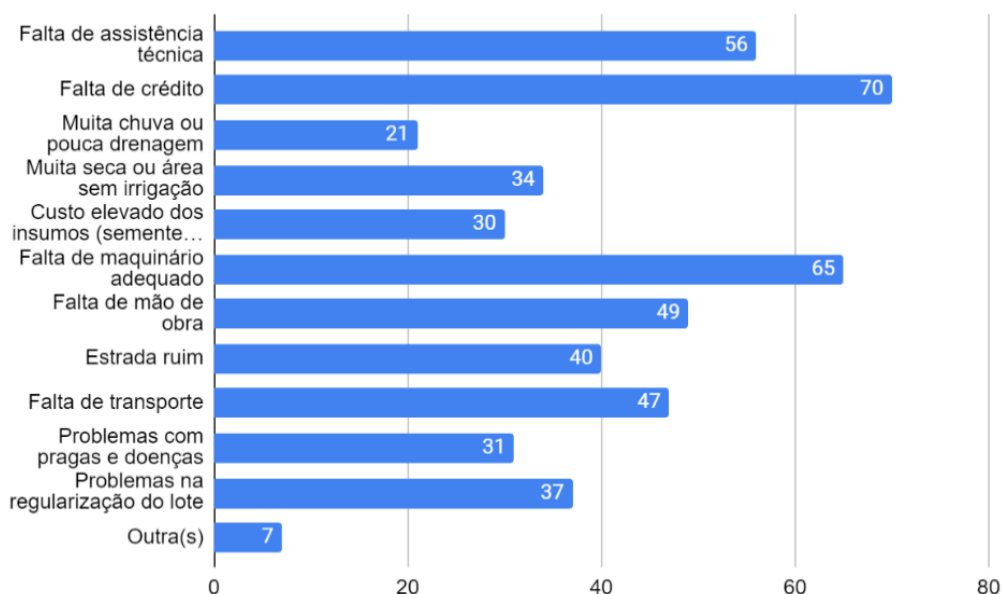


Fonte: Dados obtidos pelo CECANE/UNIRIO. Rio de Janeiro. (2022)



Na região estudada pode-se observar que os alimentos in natura são os mais produzidos e fornecidos pela agricultura familiar, em detrimento dos minimamente processados e processados, um parâmetro que vai de encontro ao sugerido pelo Guia Alimentar. No entanto, entraves para acesso ao PNAE relacionados à produção dos alimentos (**Gráfico 4**) estiveram presentes nos questionários, tendo como maior número de respostas a falta de crédito, falta de maquinário adequado e falta de assistência técnica.

Gráfico 4: Dificuldades na produção de alimentos



Fonte: Dados obtidos pelo CECANE/UNIRIO. Rio de Janeiro. (2022)

Conclusões

Aproximar os diferentes atores sociais, como secretarias de agricultura, agricultores familiares, entidades de ATER e nutricionistas é de extrema importância para superar as dificuldades encontradas no cumprimento da Lei 11.947/2009.

No âmbito da diversidade de gêneros produzidos na região pesquisada e da superação das dificuldades apresentadas pelos agricultores, o incentivo à produção por parte da gestão pública ligada à assistência técnica é interpretada pelos agricultores como um importante apoio.

A ampla divulgação da Chamada Pública através de meios de comunicação que facilitem o acesso dos agricultores pode significar um maior envolvimento dos diferentes atores, assim como o apoio à regularização de documentos da unidade



familiar, o planejamento da produção e apoio logístico para entrega dos gêneros nas escolas.

O estudo reafirma a necessidade de fomentar discussões acerca do tema através de espaços de promoção do conhecimento como os Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar. Podemos ainda reforçar que o PNAE apoia a superação da pobreza e o aumento da participação social dos agricultores familiares,

além de garantir a Segurança Alimentar e Nutricional dos escolares no Estado do Rio de Janeiro.

Referências bibliográficas

ARAUJO, Lana Raysa da Silva et al. School meals and family farming: Analysis of funds spent in food purchases. **Cadernos De Saúde Pública**, v. 35, 2019.

FNDE. **Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020**, Edição 89, Seção. 1, Página. 38, 2020.

SARAIVA, Elisa Braga, et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v 18 (4), 2013.